

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.328, DE 2003

Institui o alojamento conjunto para aleitamento materno nos hospitais, maternidades, clínicas, bancos de leite e dá outras providências.

Autor: Deputado Pastor Reinaldo

Relator: Deputado Dr. Francisco Gonçalves

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei propõe a criação de local próprio e adequado para a prática do aleitamento materno em instituições públicas ou privadas que atendam lactantes e lactentes. O estabelecimentos deverão acolher gratuitamente e pelo tempo necessário as mães ou amas-de-leite cujos lactentes estejam internados.

Estabelece também que as maternidades públicas e privadas deverão criar condições para a prática do aleitamento materno nas situações de risco para o recém-nascido ou sua mãe, segundo as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº. 322/88, do Ministério da Saúde. Classifica como recém-nascidos de risco os prematuros ou portadores de patologias; como mães de risco, as nutrizes em período puerperal impossibilitadas de amamentar, em decorrência de questões de saúde.

Ainda, obriga o consumo de leite humano por recém-nascidos hospitalizados, salvo por contra-ordem médica, e proíbe a utilização de utensílios que possam induzir à perda do reflexo de sucção.

Nas exposições de motivos do projeto, o autor afirma visar à garantia do aleitamento materno e aos benefícios dele decorrentes. Alega que os lactários existentes não oferecem condições de acolhimento satisfatórias às nutrízes, obrigando-as a vários deslocamentos diários para coleta do leite, o que pode favorecer o abandono do aleitamento.

Esta Comissão de Seguridade Social e Família será a única a se pronunciar a respeito do mérito da proposição, que dispensa a apreciação do Plenário por ter caráter conclusivo nas comissões. A seguir, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a respeito da sua constitucionalidade, regimentabilidade e juridicidade.

II - VOTO DO RELATOR

O aleitamento materno evidencia-se, cada vez mais, como alimentação ideal para crianças até, pelo menos, seis meses de idade. O leite humano possui todos os nutrientes necessários para o lactente e não apresenta os inúmeros inconvenientes gerados por outro tipo de alimentação.

Mesmo depois desse período, o leite materno continua ajudando a prevenir desnutrição e outros problemas de desenvolvimento infantil. A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza que a amamentação deve perdurar, como complemento alimentar, até o segundo ano de vida do bebê.

Além da melhoria da saúde dos filhos, o aleitamento maternos reduz o sangramento pós-parto, favorece o retorno gradativo do peso e da mama ao tamanho anterior ao da gravidez, aprofunda o relacionamento entre mãe e filho e propicia economia no orçamento familiar.

Dessa forma, mostra-se evidente a necessidade de garantir condições e ambiente favoráveis para a amamentação. O ilustre Deputado Pastor Reinaldo patenteia, com este projeto de lei, a nobre preocupação que deve nortear as ações desta Casa Legislativa. A garantia da saúde da criança implica a certeza de boas condições de cidadania no futuro.

Entretanto, existem já iniciativas diversas que vêm obtendo êxito quanto a esse propósito. O Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno PNIAM e a Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, encabeçam desde 1985 o programa de promoção da expansão qualitativa dos Bancos de Leite Humano (BLH) no Brasil. Por meio dessa iniciativa, o número de bancos de leite no Brasil apresentou crescimento significativo, passando de cerca de 10 unidades em 1985 para mais de 150 na atualidade.

Além do simples crescimento no número de BLH no Brasil, outras iniciativas vêm sendo colocadas em prática. O Hospital Amigo da Criança, a Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes ou, mais recentemente, o projeto da Rede Nacional de BLH são exemplos de ações arrojadas que vêm alcançando êxito.

Em 26 de maio de 1988, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº. 322, que define as normas gerais destinadas a regular a instalação e o funcionamento dos BLH em todo o território nacional. Tal portaria, citada no próprio texto deste projeto de lei, cumpre já o papel regulador da presente matéria, apresentando-se como instrumento próprio para tal fim.

Dessa forma, parece-nos desnecessária a publicação de lei federal que vise a regulamentar matéria já propriamente normatizada no arcabouço jurídico do País; a norma existente não carece de confirmação.

Ademais, o presente projeto apresenta alguns pontos críticos. O artigo 2º remete à portaria ministerial anteriormente citada, o que se configura como impropriedade jurídica; em se estabelecendo norma federal sobre qualquer matéria, não procede ela basear-se em portaria ministerial, norma de natureza distinta e hierarquicamente inferior, que pode a qualquer momento ser modificada ou revogada.

Ainda, em que pese ser notoriamente desaconselhável a utilização de mamadeiras ou chucas por recém-nascidos, sua proibição explícita no texto da lei, ademais implicando punição, parece-nos um desvirtuamento do bom espírito legislador. O assunto não nos parece tratar-se de matéria própria para lei federal.

Dessa forma, manifestamo-nos pela rejeição do Projeto de Lei nº. 2.328, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Dr. Francisco Gonçalves
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.328, DE 2003

Institui o alojamento conjunto para aleitamento materno nos hospitais, maternidades, clínicas, bancos de leite e dá outras providências.

EMENDA N.º 2 DO RELATOR

Dê-se ao art. 1º do projeto a seguinte redação:

"Art. 1º As instituições públicas ou privadas que prestem assistência ao parto ou que atendam lactentes e lactantes deverão manter, gratuitamente, local próprio e adequado para a prática do aleitamento materno."

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Dr. Francisco Gonçalves
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.328, DE 2003

Institui o alojamento conjunto para aleitamento materno nos hospitais, maternidades, clínicas, bancos de leite e dá outras providências.

EMENDA N.º 1 DO RELATOR

redação: Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do projeto a seguinte

"Parágrafo único. Os estabelecimentos descritos no caput deste artigo acolherão pelo tempo necessário as mães ou amas-de-leite cujos lactentes estejam internados, garantindo assim a provisão ininterrupta e em tempo hábil de seu alimento."

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado Dr. Francisco Gonçalves
Relator

